

Senhor Primeiro Ministro, Excelência

Senhor Doutor Rui Vilar, presidente da

Fundação Gulbenkian e nosso anfitrião

Distintos Participantes, portugueses e estrangeiros

Senhoras e Senhores

1. Em nome dos organizadores deste Colóquio - a Fundação Mário Soares e a Delegação Portuguesa da Fundação Ebert - quero começar por agradecer à Fundação Gulbenkian, na pessoa do seu ilustre Presidente, Dr. Rui Vilar, o acolhimento que nos deu, nesta impar e tão prestigiada instituição de cultura, para a realização desta Conferência intitulada "Os Desafios do Desenvolvimento - as dinâmicas sociais e o sindicalismo". Quero crer que se trata de uma temática de grande actualidade e interesse - a que nos vai ocupar - visto ter tido, desde que a pensámos, o apoio imediato dos líderes das duas Centrais Sindicais portuguesas, CGTP/IN e UGT, respectivamente, Manuel Carvalho da Silva e João Proença. Faz-se também representar, neste Colóquio, o Director Geral da OIT, Juan Somavia que, não podendo estar pessoalmente presente, enviou uma mensagem que será lida oportunamente; o Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional, Guy Ryder; o Ministro da Justiça do Governo Lula, Tarso Genro; Harald Wiedenhöfer, Secretário-Geral da Confederação Europeia dos Sindicatos da Alimentação, Hotelaria e Turismo, entre outras distintas personalidades.

Quero ainda agradecer ao Senhor Primeiro Ministro a sua presença e a sua participação neste Colóquio - o que só por si lhe confere um alto significado - e que nos honra sobremaneira.

Desejo também saudar todos os outros ilustres participantes, estrangeiros e portugueses, que desinteressadamente e com tanta gentileza responderam ao nosso apêlo - e bem assim a numerosa assistência que, num dia de semana e em hora de trabalho encontrou forma de nos acompanhar - e eventualmente participar - na reflexão colectiva que nos propomos realizar.

2. No início desta minhas necessariamente breves considerações, permitam-me sublinhar que o título deste Colóquio "Os Desafios do Desenvolvimento" constitui, em si mesmo, um desafio que merece, desde logo, um breve esclarecimento.

Com efeito, neste começo de 2008, grande parte dos comentadores político-económicos falam já, abertamente, de recessão americana, com prováveis consequências à escala europeia e mesmo mundial. Realmente, a situação dos Estados Unidos não pode deixar de ser muito preocupante, dada a crise financeira, especulativo-bolsista - que está a influenciar a União Europeia e o Japão - o aumento inusitado do preço do petróleo, a queda do valor do dolar, a inflação, o desemprego, o astronómico déficit externo, e a bolha imobiliária, entre outras preocupações. Para não falar da situação crítica, de ordem geo-política, que se verifica no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão, no Líbano, no infundável conflito israelo-palestino e no braço de ferro com o Irão, que atinge o prestígio dos Estados Unidos no Mundo e tem consequências muito negativas - também de ordem económica - para a União Europeia e o resto do Mundo, incluindo os países emergentes...

3. Outra conclusão que se pode tirar da crise monetário-especulativa que afecta os Estados Unidos é que a globalização neo-liberal desregulada tem tido - e terá - consequências extremamente negativas para os países pobres e para os pobres dos países ricos, e agora começa a atingir - gravemente - o centro vital e mais dinâmico do sistema capitalista mundial: os Estados Unidos. Com reflexos inevitáveis na Europa e no resto do Mundo.

Assim, os desafios do desenvolvimento é óbvio que têm a ver com a própria forma do desenvolvimento. Porque mais do que a subida ou descida das taxas de crescimento económico, o que interessa, verdadeiramente, às populações é como se reparte o rendimento, de que maneira se opera a concentração do capital, em cada vez menos mãos, bem como o fenómeno da deslocalização das empresas.

4. Quando na Reunião do Rio, em 1992 - há 16 anos! - se definiu o conceito de desenvolvimento sustentável, logo se disse que dois dos seus pilares essenciais eram: o social e o

ambiental. Duas ou três décadas antes, no Clube de Roma, chegou a defender-se o conceito de desenvolvimento zero, como se lembram, porque muito temiam que o desenvolvimento pelo desenvolvimento, sem regras éticas, criasse as maiores dificuldades ao bem estar das pessoas em concreto. É o que tem acontecido e para onde nos está a conduzir a globalização neo-liberal desregularizada, com as crescentes desigualdades que fomenta - e que são social e humanamente intoleráveis - com enormes escândalos na Banca e nas grandes Multinacionais, incompreensíveis para as populações, o aumento incontrolável da pobreza, as preocupantes alterações climáticas e as mais diversas agressões ao Planeta.

Há que parar, reflectir, reagir, e criar um movimento de consciencialização na opinião pública global, capaz de pressionar os decisores político-económicos, no sentido de uma mudança efectiva, rápida e profunda. Porque se torna evidente, por toda a parte e em todos os Continentes, que o economicismo neo-liberal nos está a conduzir para um desastre, de imprevisíveis consequências.

5. Uma mudança que tem, obviamente, a ver com a reafirmação do Estado de Direito, descentralizado, plural e interventor na definição das regras, económicas e sociais, que assegurem o bem estar das sociedades. Em termos europeus, que mantenha e desenvolva o modelo social europeu, que libertou os cidadãos, particularmente os menos favorecidos de fortuna, da angústia do dia de amanhã - quando não há trabalho, na doença, na velhice, assegurando a todos acesso à educação, à saúde, à justiça e a um mínimo de bem estar.

Fala-se muito da sustentabilidade financeira do modelo social europeu, sustentabilidade, claro, segundo os critérios neo-liberais. Porque não devemos esquecer que o modelo social, nas suas diversas modalidades, surgiu no imediato pos-guerra, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Saúde, criado no Reino Unido, após a guerra, pelo trabalhista Aneurin Bevan, em tempo de penúria extrema, sem que ninguém o contestasse por isso. Curiosamente, Gordon Brown, agora, tem elogiado imenso o Serviço Nacional de Saúde, como a maior realização do trabalhismo...

Não é a "mão invisível" do mercado que pode dar tais garantias às populações. Em tempo de grandes catástrofes - como o Katrina, por exemplo - todos os olhos se voltam para o Estado e não para os privados, como é óbvio. É, por isso, que os Estados não podem ser dominados pelos privados, empresas ou pessoas singulares - que reclamam sempre "menos Estado" e pretendem ocupar mesmo os sectores económicos estratégicos fundamentais - mas que, em momentos de crise, exigem que seja o Estado a ocupar-se e a resolver os problemas das populações.

6. Entendamo-nos, porem, quanto ao que pretendo dizer. Quando tive responsabilidades políticas - e perante a vaga de nacionalizações que a Revolução dos Cravos nos trouxe - foram Governos a que presidi que abriam certos sectores económicos importantes aos privados, incluindo a banca. Nunca fui partidário de um Estado de funcionários - obviamente, dependentes - mas sim de cidadãos livres. Mas agora acho que há excesso de privatizações, e que se tem criado o hábito de recorrer a empresas privadas para fazer o trabalho que aos serviços do Estado incumbe - por que preço e com que lucros? - podendo chegar a retirar ao Estado as alavancas necessárias para as intervenções que se imponham.

Sem Estados nacionais fortes - mas sempre plurais - não há regras transparentes e fundamentais para definir uma estratégia nacional coerente e justa quanto ao Desenvolvimento. O que em situações de crise pode ser muito grave. A dignidade dos Estados de Direito, democráticos, consiste justamente nisso. Além de assegurarem a segurança e a justiça, aos cidadãos, sentem o dever de proteger socialmente os mais pobres e os menos favorecidos. Esse é o cerne do modelo social europeu, hoje um tanto esquecido, infelizmente. Ora é nisso precisamente que a Democracia Social se distingue da chamada Democracia Liberal...

7. Não há Estados de Direito sem partidos políticos e sem respeito pelos Direitos Humanos dos cidadãos. Da mesma maneira que não há Democracia Social sem sindicatos fortes e intervenientes. A experiência histórica confirma estas duas regras, que são universais.

Contudo, nos últimos anos, temos assistido - et pour cause - a toda uma propaganda, que não é apenas portuguesa mas global, para desprestigiar os Estados, a Política, os políticos, os Partidos Políticos e os Sindicatos. É obrigação de uma cultura política sólida, ser capaz de desmistificar este tipo de propaganda, que a pouco e pouco se impôs em muitos países europeus, mesmo com governos cujos partidos se reclamam do socialismo ou da social-democracia. Tudo isto sucedeu imediatamente após o colapso do comunismo soviético e o triunfo do neo-liberalismo como a ideologia do "pensamento único".

A defesa da Política - como das actividades mais nobres do Homem - pressupõe uma orientação, baseada no humanismo e em regras éticas sólidas. Não, uma política politiqueria, que sirva vaidades ou interesses, partidários ou pessoais, muitas vezes inconfessáveis. A crítica dos políticos, sem ideal e sem vergonha, que se interessam pela res publica apenas com o objectivo do subir na vida ou ganhar dinheiro, é absolutamente legítima e necessária. Como a denúncia da promiscuidade intencional, que muitos estabelecem, entre negócios e política. São actividades diferentes e, desde que se não misturem e inter-influenciem, ambas legítimas.

Os Partidos e os Sindicatos, obviamente, devem primar pela transparência, especialmente quanto aos fundos que utilizam, à sua proveniência e gestão. Mas tanto os Partidos como os Sindicatos são instrumentos essenciais da Democracia Social, que importa respeitar e valorizar, até porque sem eles não há democracia.

8. Aos Partidos compete desenvolver o pluralismo democrático, para que os cidadãos, nas escolhas políticas, possam votar em consciência. Através do diálogo tri-partido, para que o Estado, os Sindicatos e as Empresas possam assegurar às populações uma verdadeira concertação social, baseada na justiça e nos interesses em presença, de modo a promover um clima social que não seja crispado e que reforce a coesão nacional.

Os Partidos e os Sindicatos não são obviamente os únicos parceiros do diálogo político, económico e social. A sociedade civil, nas suas diversas modalidades, terá sempre - em democracia - uma palavra a dizer, até para que os Partidos e os Sindicatos não se confundam e imponham ao próprio Estado.

Caros Amigos,

9. Peço me desculpem por ter, no início deste Seminário, aproveitado para recordar alguns conceitos básicos, elementares e quase banais. Mas pareceu-me que, num momento tão crítico da conjuntura mundial, é recorrendo a ideias simples e claras - facilmente compreensíveis por todos - que podemos encontrar o rumo certo para ajudar a desbravar os caminhos do futuro.

Muito obrigado!

Mário Soares

Lisboa, 11 de Janeiro de 2008